



134
OK

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0018844-64.2011.8.17.0001(0295970-8)

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : MARIA RAQUEL SANTOS PIRES
AGRAVADO : MANOEL HELENO RODRIGUES DOS SANTOS
ADVOGADO : DALÔNIO PATRÍCIO DE CARVALHO FILHO
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINSITRATIVO. LEGITIMIDADE PASSIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. EXTINÇÃO DE QUINQUÊNIOS E GRATIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO DE MAGISTÉRIO. MODIFICAÇÃO DE REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO DE SERVIDOR PÚBLICO. DECESSO REMUNERATÓRIO CONFIGURADO.

I – O Estado de Pernambuco é parte legítima para figurar no polo passivo da lide, porquanto solidariamente responsável pelo pagamento dos benefícios previdenciários, nos termos dos arts. 1º, *caput*, e 94, ambos da LCE nº 28/2000.

II – Consoante a mais abalizada doutrina e jurisprudência da Suprema Corte, o art. 37, XV, da CF/88 tutela a irredutibilidade nominal da remuneração global do servidor público, compreendida nesta a soma de todas as parcelas, gratificações e/ou vantagens.

III – Malgrado seja possível a modificação do regime jurídico remuneratório, o acervo probatório demonstra a ocorrência de decesso remuneratório, após a vigência da LC nº 112/2008, a impossibilitar a alteração remuneratória efetuada.

IV – Evidenciada a ausência de manutenção do valor global anteriormente percebido, com a redução da parcela gratificação de exercício de magistério – ausente qualquer rubrica correspondente à Parcela Complementar Compensatória – e com a extinção da gratificação por tempo de serviço, impõe-se o reconhecimento de mácula à garantia constitucional da irredutibilidade do *quantum* remuneratório auferido pelo servidor.

V – Agravo Legal desprovido.


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



BS
DL

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os
excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara
de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em
conhecer e negar provimento ao recurso de Agravo Legal, na conformidade do
relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 1º de JULHO de 2014.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



136
JP

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0018844-64.2011.8.17.0001(0295970-8)

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : MARIA RAQUEL SANTOS PIRES
AGRAVADO : MANOEL HELENO RODRIGUES DOS SANTOS
ADVOGADO : DALÔNIO PATRÍCIO DE CARVALHO FILHO
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

1. Trata-se de Agravo Legal interposto pelo Estado de Pernambuco em combate à decisão monocrática que, com esteio no art. 557, §1-A, do Código de Ritos, deu provimento ao recurso de Apelação nº 0295970-8, de ordem a determinar que o Estado de Pernambuco implante nos proventos do Agravado a parcela complementar compensatória prevista no art. 5º, parágrafo único, da LCE 112/2008, bem como condená-lo ao pagamento das diferenças remuneratórias retroativas a novembro de 2008.

2. Em suas razões, o Estado Agravante sustenta, em preliminar, sua ilegitimidade passiva *ad causam*. No mérito, sustenta, em apertada síntese, que constam, nos contracheques acostados, pagamentos que não faziam parte da remuneração efetiva do Agravado, os quais correspondiam a valores atrasados, também presentes nos demais contracheques carreados.

Aduz, ao final, a inexistência de decesso remuneratório por ocasião da extinção dos quinquênios e da gratificação pelo exercício de magistério, dada a possibilidade de alteração do regime jurídico de remuneração dos servidores públicos.

É, no essencial, o relatório.

O feito independe de inclusão em pauta de julgamento, cf. art. 85, alínea 'e', do RITJPE c/c Súmula do TJPE, enunciado n. 42.

Recife, 1º de JULHO de 2013.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

132
d

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0018844-64.2011.8.17.0001(0295970-8)

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : MARIA RAQUEL SANTOS PIRES
AGRAVADO : MANOEL HELENO RODRIGUES DOS SANTOS
ADVOGADO : DALÔNIO PATRÍCIO DE CARVALHO FILHO
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

Vistos e examinados etc.

1. Das razões da Agravante, cuido que os argumentos levantados não são suficientes para reformar a decisão monocrática atacada, de modo que novamente socorro-me dos fundamentos nela esposados.

2. *Ab initio*, não acolho a preliminar de ilegitimidade passiva do Estado de Pernambuco, porquanto solidariamente responsável pelo pagamento dos benefícios previdenciários, nos termos dos arts. 1º, *caput*, e 94, ambos da LCE nº 28/2000.

3. Quanto ao mérito, destaco que o cerne da controvérsia reside na existência ou não de ofensa à irredutibilidade de vencimentos, diante da extinção dos quinquênios e redução da gratificação de exercício de magistério dos proventos do Autor, ora Agravado.

Destaco, de logo, que não só inexistiu a incorporação das supracitadas parcelas ao vencimento base do Agravado, como houve a diminuição do próprio vencimento base.

Não se nega a presença de valores atrasados nos contracheques apresentados, todavia, como estes pagamentos estão constantes e, ainda assim, houve a diminuição na remuneração do recorrido, reconheço o decurso remuneratório por ocasião da extinção das gratificações em evidência.

4. Com efeito, consoante a mais abalizada doutrina e jurisprudência da Suprema Corte, o art. 37, XV, da CF/88 tutela a irredutibilidade nominal da remuneração global do servidor público, compreendida nesta a soma de todas as parcelas, gratificações e/ou vantagens.

Como cediço, os critérios legais de como o *quantum* remuneratório foi estabelecido podem sofrer modificações, pelo que é firme o entendimento do

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

138
al

Supremo Tribunal Federal no sentido de que os servidores públicos não têm direito adquirido à inalterabilidade do regime jurídico de composição de vencimentos.


Nesse sentido, trago à colação os seguintes precedentes do Supremo Tribunal Federal – STF:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR INATIVO. GRATIFICAÇÃO. REDUÇÃO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. INOCORRÊNCIA. É pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que inexistente direito adquirido a regime jurídico. O STF tem admitido redução ou mesmo supressão de gratificações ou outras parcelas remuneratórias desde que preservado o montante nominal da soma dessas parcelas, ou seja, da remuneração global. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento." (RE-AgR 445810/PE, DJ 06/11/2006, PP-00046).

"EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO RECURSO DE AGRAVO - SERVIDORES PÚBLICOS MILITARES - INATIVOS E PENSIONISTAS - ADICIONAL DE INATIVIDADE - SUPRESSÃO - INALTERABILIDADE DO REGIME JURÍDICO - DIREITO ADQUIRIDO - INEXISTÊNCIA - REMUNERAÇÃO - PRESERVAÇÃO DO MONTANTE GLOBAL - AUSÊNCIA DE OFENSA À IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS - RECURSO IMPROVIDO. - Não há direito adquirido do servidor público à inalterabilidade do regime jurídico pertinente à composição dos vencimentos, desde que a modificação introduzida por ato legislativo superveniente preserve o montante global do estipêndio até então percebido e não provoque, em consequência, decesso de caráter pecuniário. A preservação do quantum global, em tal contexto, descaracteriza a alegação de ofensa à garantia constitucional da irredutibilidade de vencimentos e/ou proventos. Precedentes (RE-ED 468076/RS - RIO GRANDE DO SUL, DJ 31/03/2006, PP-00038).

5. Com a edição da LCE nº 112/2008, que instituiu o Piso Profissional para os servidores do Grupo Ocupacional Magistério, do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria de Educação do Estado, ficou extinta a gratificação adicional por tempo de serviço (GTS), instituída pelos arts. 160, VIII, e 166, da Lei n. 6.123/68, e alterações, incorporando-se os respectivos valores nominais ao vencimento base dos cargos nele indicados.

Destarte, restou estabelecido, com a edição da LCE nº 112/2008, que a extinção da Gratificação Adicional de Tempo de Serviço, bem como a sua incorporação ao vencimento base, não poderão resultar em decesso remuneratório para os servidores, salvo erro de cálculo ou reforma de decisão anterior, cuja eventual diferença detectada deveria constituir parcela complementar compensatória, expressa nominalmente, a teor do disposto no


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

139
PL

art. 5º, *caput* e parágrafo único da lei complementar supracitada, senão vejamos:

Art. 5º Do disposto nos artigos antecedentes não poderá resultar decesso remuneratório salvo erro de cálculo ou reforma de decisão anterior, cuja eventual diferença detectada deverá constituir parcela complementar compensatória, expressa nominalmente, assegurando o reajuste remuneratório de 5% (cinco por cento).

Parágrafo único. A parcela complementar compensatória, referida no *caput* deste artigo, será concedida em caráter precário, enquanto persistir a diferença que a originou, devendo ser suprimida, parcial ou integralmente, quando da implementação do piso salarial de que trata o art. 4º desta Lei Complementar, ou outras majorações remuneratórias, a qualquer título.

6. Ocorre que, malgrado seja possível a modificação do regime jurídico remuneratório, a documentação de fls. 30/38 acostada pela Apelante demonstra a ocorrência de decesso em sua remuneração, após a vigência da LC nº 112/2008, a impossibilitar a alteração remuneratória efetuada pela Agravante.

Constata-se, pois, tanto a redução da parcela gratificação de exercício de magistério - ausente qualquer rubrica correspondente à Parcela Complementar Compensatória - como a extinção da gratificação por tempo de serviço, sem a manutenção do valor global anteriormente percebido.

Destarte, o acervo probatório evidencia alteração para patamar inferior do valor correspondente ao próprio vencimento base e à remuneração ao final percebida, a implicar verdadeira mácula à garantia constitucional da irredutibilidade do *quantum* remuneratório auferido pelo servidor.

Outro não é o posicionamento da jurisprudência deste e. Tribunal de Justiça, consoante os precedentes que seguem:

DIREITO ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO. EXTINÇÃO E INCORPORAÇÃO AOS VENCIMENTOS. LCE Nº 112/08. REVISÃO DOS PROVENTOS PELO PISO NACIONAL DOS PROFESSORES. PROCEDÊNCIA PARCIAL. PAGAMENTO DA DIFERENÇA RELATIVA A NÃO OCORRÊNCIA DA INCORPORAÇÃO DA REFERIDA GRATIFICAÇÃO AOS PROVENTOS. POR UNANIMIDADE. 1. Versa a presente lide acerca do pedido de restabelecimento da gratificação do adicional por tempo de serviço, retirada dos proventos da autora/apelada a partir de setembro/08, assim como, a revisão dos seus proventos de acordo com o piso nacional dos


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

professores, também a partir de setembro/08. 2. Consoante se depreende dos autos, a referida gratificação era percebida pela autora/apelada até o mês de agosto/2008 (cópias dos contracheques às fls. 08/12), quando foi suprimida de seus proventos, como se pode observar pela cópia do contracheque de fls. 13. 3. Em sua defesa, o Estado de Pernambuco alega que a supressão se deu por conta da edição da LCE nº 112/08 que extinguiu a gratificação do adicional por tempo de serviço, ao tempo em que incorporou seu valor nominal aos vencimentos dos servidores, a teor do artigo 1º e parágrafo único. 4. De fato, diante da edição da citada Lei Complr, que instituiu o piso profissional para os servidores do Grupo Ocupacional Magistério, a gratificação do adicional por tempo de serviço foi extinta, devendo seu valor nominal ser incorporado ao vencimento base dos servidores ocupantes dos referidos cargos. 5. Ocorre que, no caso concreto, observando o contracheque da autora/apelada (fls.13), houve sim a implementação do novo piso dos professores, sendo a autora/apelada enquadrada na classe III, faixa A, com vencimento base no valor de R\$ 891,05 (oitocentos e noventa e um reais e cinco centavos), no entanto, não ocorreu a incorporação dos quinquênios ao seu vencimento base, como assevera o Estado de Pernambuco. 6. Desta feita, caracterizado está o decesso remuneratório, o que enseja o pagamento da diferença relativa ao valor nominal da gratificação do adicional por tempo de serviço, como bem julgou o magistrado de 1º grau, devendo ser mantida a sentença em sua integralidade. 7. No tocante ao pleito de revisão dos proventos em conformidade ao piso nacional dos professores, como dito acima, a LCE nº 112/08 instituiu, no âmbito do Estado de Pernambuco, o piso profissional para os servidores do Grupo Ocupacional Magistério, sendo a autora/apelada enquadrada na classe III, faixa A, com vencimento base no valor de R\$ 891,05 (oitocentos e noventa e um reais e cinco centavos), não tendo como prosperar tal pedido. 8. Apelo NÃO PROVIDO para MANTER A SENTENÇA, no sentido de condenar o Estado de Pernambuco a pagar a diferença relativa a não implementação da incorporação da gratificação do adicional por tempo de serviço aos proventos da autora/apelada, julgando improcedente o pedido de revisão dos proventos. Decisão unânime. (TJ-PE - APL: 13193820098170810 PE 0001319-38.2009.8.17.0810, Relator: Luiz Carlos Figueirêdo, Data de Julgamento: 28/08/2012, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 163)

DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO. EXTINÇÃO E INCORPORAÇÃO AOS VENCIMENTOS. LCE Nº 112/08. REVISÃO DOS PROVENTOS PELO PISO NACIONAL DOS PROFESSORES. DECESSO

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

REMUNERATÓRIO VERIFICADO. APELO PROVIDO PARCIALMENTE. DECISÃO UNÂNIME. 1. Versa a presente lide acerca do pedido de restabelecimento da gratificação do adicional por tempo de serviço, retirada dos vencimentos dos apelantes a partir de setembro/08, quando do implemento das modificações trazidas pela Lei Complementar Estadual nº 112/08, que instituiu o Piso Profissional para os servidores do Grupo Ocupacional Magistério. 2. Como cediço, a jurisprudência pátria há muito se encontra firmada no sentido de que inexistente direito adquirido do servidor público estatutário à inalterabilidade do regime jurídico pertinente à composição dos vencimentos, desde que a eventual modificação introduzida por ato legislativo superveniente preserve o montante global da remuneração e, em consequência, não provoque decesso de caráter pecuniário. Precedentes: RE-AgR 433621 / CE, Rel. Min. Eros Grau, Segunda Turma, DJ 12/02/2008; AgRg no Ag 938118 / DF, Rel. Min. Laurita Vaz, T5, DJ 28/02/2008. 3. Na presente hipótese, da minuciosa análise dos contracheques acostados às fls. 32/64, é possível verificar que os novos padrões de remuneração implementados pela LCE nº 112/08 vieram a ocasionar diminuição nos valores finais percebidos pelos professores ora apelantes, isto porque, de fato, olvidou-se a administração de promover a incorporação dos quinquênios adquiridos aos respectivos vencimentos base, em manifesta violação ao princípio da irredutibilidade salarial. 4. O Estado de Pernambuco, inclusive, admite em sua peça de contrarrazões a ocorrência da aludida redução nos vencimentos dos servidores nos meses de agosto e setembro/2008, ocasião em que procura justificar-se alegando que o equívoco "decorreu do tempo necessário para a implantação das modificações legislativas na folha de pagamento dos servidores", assim como que a situação teria sido normalizada no mês de outubro com o pagamento das diferenças verificadas no mês anterior. No entanto, não produziu qualquer prova nesse sentido. 5. À unanimidade de votos, deu-se provimento parcial ao apelo, no sentido de reformar a sentença para conceder parcialmente a segurança postulada na origem, em ordem a condenar o Estado de Pernambuco ao pagamento da diferença nominal relativa a não implementação da incorporação da gratificação do adicional por tempo de serviço aos vencimentos dos impetrantes, observada em período que será oportunamente delimitado em ulterior fase executória. (TJPE. AP 311709-1. ÓRGÃO Julgador: 2ª Câmara de Direito Público. Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães. Data da Publicação: 03/12/2013).

Ao não se desincumbir do ônus da prova quanto a fato impeditivo, modificativo ou extintivo do autor, a teor do disposto no art. 333, inciso II, do


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

142
OL

Código de Processo Civil, o Réu não afasta os documentos carreados pelo recorrente, os quais são suficientes para subsidiar o seu pleito.

7. Ante o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso de Agravo Legal, mantendo-se, *in totum*, a decisão monocrática, ora guerreada.

É como voto.

Recife, 1º de JULHO de 2014.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator